

mente, o fazem por uma necessidade vital.

O reitor de uma Universidade Federal brasileira tem tarefas importantes e fundamentais. Ele precisa se dar conta de que faz parte de um país de Terceiro Mundo ou de capitalismo periférico e, portanto, necessita conhecer muito bem a política internacional e a inserção de sua região no conjunto das nações, para apontar diretrizes no ensino, na pesquisa e na extensão, buscando e afirmando a identidade e a soberania nacionais. As Instituições Federais de Ensino Superior, sempre é bom lembrar, são responsáveis por mais de 90% da ciência e da tecnologia produzidas no Brasil. Portanto, qualquer projeto de Estado-nação soberano passa pela atuação das universidades públicas.

P- Professor Rampinelli, o sr. destaca no livro "O preço do voto", aspectos considerados prejudiciais aos processos para escolha de reitores, tais como o uso excessivo do marketing, do clientelismo dentro da instituição. Na sua avaliação, como se chegou a esta situação?

R- Na minha opinião o uso do marketing não é prejudicial. Se as estratégias forem bem estabelecidas, executadas com ética e propriedade, o resultado será sempre positivo. As ferramentas de marketing servem para dinamizar o processo, levando melhor nossa mensagem ao público alvo, sendo um excelente auxiliar no processo de politização. Porém, os materiais promocionais dos oponentes devem ser sempre respeitados. Cada quem deverá usar o melhor de sua criatividade, otimizar os recursos (que em nosso caso foi muito escasso), para difundir com maior eficácia suas idéias e propostas de ação.

Já o clientelismo deve ser combatido, pois tira a liberdade das pessoas na hora de escolher uma proposta. O docente que vota em um candidato porque este prometeu verbas para equipar a sua sala, o técnico-administrativo que apóia uma proposta porque lhe foi assegurada uma transferência, o estudante que trabalha por uma candidatura porque vai ser agraciado com uma bolsa, tudo isso são maneiras de vender o seu voto. Deveriam ser severamente puni-

dos os dois: o vendedor e o comprador.

P- O sr. fala no livro também em um distanciamento da universidade do restante da sociedade. Em que o sr. se baseia para fazer esta afirmação?

R- Muitas de nossas universidades aparecem nos jornais de suas cidades quando se divulgam os aprovados no vestibular ou quando se deflagra uma greve. Isso é um dos sintomas de falta de sintonia da universidade com a sociedade.

Mas existem outros mais graves e profundos como a transformação de muitos de nossos docentes-intelectuais em docentes-analistas. James Petras, cientista político estadunidense, diferencia o intelectual do analista. Enquanto o intelectual segue a teoria como um guia, tem o sujeito e o objeto conectados em uma relação dialética e olha as instituições como uma base de atuação na sociedade, já o analista se preocupa tão-somente com a metodologia, marca uma distinção pontual entre o sujeito e o objeto de estudo (a tão propalada neutralidade, isto é, a pessoa sem vínculos) e vê as instituições como um meio de se buscar financiamentos. A pesquisa feita pelo intelectual tem um compromisso com a política e com o avanço da sociedade, ao passo que o analista não apresenta definição valorativa, sendo cada um inteiramente livre para interpretá-la. Na mesma proporção em que os analistas avançam, as universidades se distanciam de suas comunidades.

P- No início do governo FHC, a mobilização do Movimento Docente não conseguiu barrar a aprovação no Congresso da LDB do senador Darcy Ribeiro que, entre outros efeitos,

restringiu os espaços democráticos nas universidades federais. Hoje, nas eleições, o docente tem um peso de 70% em relação aos demais segmentos. Em que medida isso prejudica a participação dos segmentos?

R- Na Universidade Federal de Santa Catarina o voto é paritário, isto é, os três segmentos que compõem a instituição (docentes, técnicos

e estudantes) têm peso igual. Nossa luta, no entanto, é pelo voto universal. Inclusive no campo das relações internacionais o voto universal tem cada vez mais adeptos. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, anomalia criada no pós-guerra, é, por excelência, a negação do voto universal. Se o sufrágio universal prevalecesse na

Assembléia Geral da ONU, quantas vezes Israel teria sido punido por seu expansionismo territorial? Quantos conflitos teriam sido evitados, como os do Afeganistão e Iraque? O voto universal nas

Nações Unidas teria evitado o embargo econômico ao Iraque, patrocinado por Bush pai, em 1991, com aproximadamente 500 mil crianças mortas. Como se vê, o voto universal é sempre mais sensato e inteligente. A Revolução Francesa, que já completou 200 anos, entendeu esse valor ao proclamar liberdade, igualdade e fraternidade. Antes disso, o filósofo inglês John Locke, por volta de 1690, defendera a tese de que os homens seriam iguais,

independentes e governados pela razão. Portanto, é ético e moral burlar a lei para tornar os pleitos universitários mais democráticos.

P- Uma parte importante da categoria docente aplaude esta hegemonia em função de que o professor é aquele que pesquisa, ou o "cabeça pensante" dentro da Instituição, por isso deve ser tratado de forma diferenciada. Qual a sua análise sobre esse tipo de entendimento?

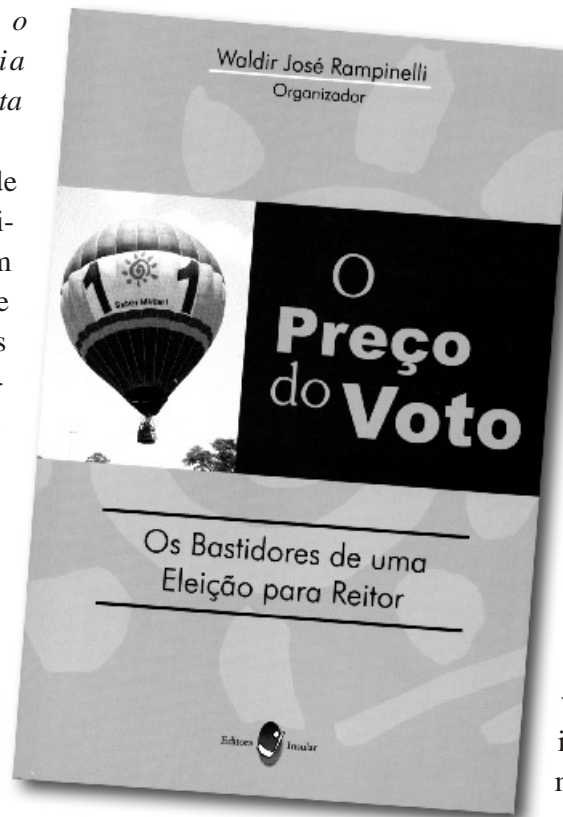
R- Uma universidade se faz com todos os segmentos que a compõem. A pesquisa do "cabeça pensante" não prospera se não existe o técnico que a ajuda a realizar, como também se não está o estudante para aprendê-la. Defender uma democracia meritocrática é reconhecer que uns valem mais e outros menos. Democracia baseada na meritocracia não é governo de povo, mas de elite.

Além disso, alguns "cabeças pensantes" aqui na UFSC já chegaram ao ponto de sugerir que os técnico-administrativos fossem substituídos por computadores. Saramago diz que vivemos em uma sociedade em que a tecnologia recebe nota 100 e o pensamento crítico zero. Se o império romano caiu por causa da degradação ético-moral, o mundo de hoje pode se dar muito mal por causa da valorização exagerada da tecnologia. Veja que em nome dela já se invadem países seculares e se tenta destruir culturas milenares.

P- Na sua avaliação, há interesse dos reitores em reverter essa diferença em favor dos professores num processo eleitoral?

R- Os reitores, que na sua grande maioria são conservadores, defendem as normas contidas na LDB. Isso lhes favorece, pois podem se eleger e reeleger fazendo uma política mais voltada para os seus pares, aos professores que valem 70%.

Aqui é preciso resgatar novamente a função de um reitor que não é a de ter poder para gerir, mas sim, autoridade ética e científica para governar. Isso ele adquire não com o 70% de seus pares, mas com igualdade entre os segmentos da universidade.



“O voto universal é sempre mais sensato e inteligente”